



120
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0300879-1
COMARCA: Caruaru
APELANTE: Selma Lúcia Bezerra de Arimatea
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIOS). EXTINÇÃO A PARTIR DO ADVENTO DA EC Nº 16/99. INCORPORAÇÃO DOS QUINQUÊNIOS ADQUIRIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 112/2008. GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO. PRESERVAÇÃO DO VALOR NOMINAL DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DO SERVIDOR. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO À INALTERABILIDADE DE REGIME JURÍDICO DE COMPOSIÇÃO DE VENCIMENTOS. APELO IMPROVIDO.

1. A matéria de fundo gira em torno da pretensão da autora/apelante de obter o restabelecimento da Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, no percentual de 5%, para cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício do servidor, nos moldes da Lei Estadual nº 6.123/1969, retirada dos seus proventos a partir de setembro de 2008. 2. No âmbito do Estado de Pernambuco, a partir da Emenda Constitucional nº 16/99, editada com o objetivo de harmonizar a Constituição Estadual às alterações promovidas pelas Emendas à Constituição Federal de nºs 19 e 20, a Gratificação Adicional de Tempo de Serviço (quinqüênio) foi suprimida do ordenamento jurídico. 3. Nesse contexto, quando extinto o adicional por tempo de serviço, só mantiveram o direito à respectiva percepção aqueles servidores que já haviam satisfeito a condição (até então) prevista em lei, de cinco anos de efetivo exercício (estando a apelante incluída neste grupo). 4. Posteriormente, a Lei Complementar Estadual nº 112/2008, ao instituir o Piso Profissional para os servidores do Grupo Ocupacional Magistério, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria de Educação do Estado, determinou a incorporação ao vencimento base da *Gratificação Adicional por Tempo de Serviço*, estabelecendo, em seu artigo 5º, que as modificações introduzidas pelo novo diploma legal não poderiam resultar em decurso remuneratório, e bem assim que as eventuais diferenças detectadas a partir da nova sistemática deveriam constituir parcela complementar compensatória, expressa nominalmente, assegurando o reajuste remuneratório de 5% (cinco por cento). 5. Compulsando os autos, observa-se, dos 'demonstrativos de pagamento' acostados, que a autora/apelante recebeu os 03 (três) quinqüênios a que fazia jus (adquiridos entre 07.10.1981 e 07.10.96) até agosto de 2008, restando tais valores incorporados aos vencimentos da mesma a partir de setembro de 2008 em diante, preservando-se, assim a garantia constitucional da irredutibilidade do *quantum* remuneratório auferido pela servidora. 6. Com efeito, consoante a jurisprudência da Suprema Corte, o art. 37, XV, da Constituição Federal tutela a irredutibilidade nominal da remuneração global do servidor público, compreendida nesta a soma de todas as parcelas, gratificações e/ou vantagens. 7. De outra parte, é consabido que os critérios legais com base em que o referido *quantum* foi estabelecido podem sofrer modificações, sendo firme o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os servidores públicos não têm direito adquirido à inalterabilidade do regime jurídico de composição de vencimentos. 8. Apelação cível improvida, à unanimidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0300879-1, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 02 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0300879-1
COMARCA: Caruaru
APELANTE: Selma Lúcia Bezerra de Arimatea
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta por **Selma Lúcia Bezerra de Arimatea** em face de sentença (fls. 79/83) proferida pelo Juízo de Direito da Vara Privativa da Fazenda Pública da Comarca de Caruaru, que, nos autos da **Ação Ordinária** nº 0004206-15.2009.8.17.0480, julgou improcedente o pedido da autora, ora apelante, nos seguintes termos:

"(...) Como se vê, o Excelso Supremo Tribunal Federal tem admitido à redução e mesmo a supressão de gratificações, desde que preservado o valor nominal, ou seja, o valor da remuneração global, não havendo, assim, direito adquirido a percepção dessas verbas. Dessa orientação, aliás, não divergiu o AI 639.262, rel. min. Dias Toffoli, DJe de 31.08.2010.

Como se vê, a garantia constitucional protege a irredutibilidade de vencimentos na sua totalidade, mas não as parcelas que o compõem.

No caso posto para julgamento, ademais, a exclusão do adicional por tempo de serviço, não implicou em qualquer perda da remuneração global, mesmo por que, na verdade, tal gratificação apenas deixou de ser paga em separado, para incorporar o salário dos servidores, ex vi do art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 112/08.

Em face destas considerações, julgo o pedido manifestamente improcedente, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC, condeno a autora ao pagamento de custas e honorários, os quais fixo em R\$ 500,00. Todavia, fica suspensa a exigibilidade da cobrança dos ônus da sucumbência, na forma do art. 12 da lei nº 1060/50, in verbis: (...)."

No caso em tela, sustenta a autora/apelante, servidora pública estadual, ter sido admitida no quadro funcional do réu, no cargo de Professora, desde 07 de outubro de 1981, e desde sua admissão, a cada cinco anos trabalhados, teria adquirido o direito à percepção de quinquênios, no percentual de 5% (cinco por cento), de modo que, em outubro de 2006, teria completado o período aquisitivo para percepção de cinco quinquênios, no entanto, até o ano de 2008, o Estado vinha lhe pagando apenas 03 (três) quinquênios, os quais, a partir de setembro de 2008, foram excluídos de seus vencimentos.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Por tais razões, pleiteia a incorporação, aos seus proventos, da gratificação adicional por tempo de serviço ("quinqüênios") no percentual de 25% (vinte e cinco por cento)/05 (cinco) quinqüênios, e bem assim o recebimento dos valores vencidos e vincendos, referentes ao período de maio de 2004 a abril de 2009 (fls.15/16), tudo perfazendo um total de R\$ 9.667,31 (nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais, e trinta e um centavos), acrescido de juros moratórios e correção monetária, observada a prescrição quinquenal.

Sobrevindo a sentença denegatória (fls. 79/83), a autora/apelante interpôs o presente apelo (fls. 85/92), reiterando os termos da exordial, invocando o direito adquirido à percepção da mencionada gratificação, e requerendo, ao final, o restabelecimento dos referidos quinqüênios, tratados no REJU - Regime Jurídico Único dos Funcionários Públicos.

Em suas contra-razões (fls. 96/102), sustenta o Estado, em suma: (i) que com a edição da Lei Complementar Estadual nº 112/2008, a gratificação adicional por tempo de serviço ("quinqüênios") restou extinta, porém seus valores foram incorporados ao montante total dos vencimentos da apelante, não havendo qualquer decurso remuneratório; (ii) a inaplicabilidade do REJU - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei 8.112/90) ao caso em lume, posto que a autora é servidora pública do Estado de Pernambuco, regida pelo estatuto que lhe corresponde, qual seja, a Lei 6.123/68 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco); (iii) a falta de interesse de agir, eis que já restou demonstrado, pelo apelado e pelo Juízo *a quo*, que os valores referentes aos quinqüênios a que faz jus a apelante já foram devidamente incorporados ao seu salário base; (iv) que os servidores públicos não têm direito adquirido à inalterabilidade do regime jurídico de composição de vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração e, em consequência, não provoque decurso de caráter pecuniário, não violando, assim, o direito adquirido; (v) a prescrição quinquenal dos eventuais créditos anteriores a junho de 2004; pugnando, ao final, (vi) pela manutenção da sentença vergastada.

O Ministério Público com assento neste Tribunal absteve-se de ofertar o parecer ante a ausência de interesse público no feito ('manifestação' - fl.112).

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 04 de abril de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

122



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0300879-1
COMARCA: Caruaru
APELANTE: Selma Lúcia Bezerra de Arimatea
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Como visto, a matéria de fundo gira em torno da pretensão da autora/apelante de obter o restabelecimento da Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, no percentual de 5%, para cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício do servidor, nos moldes da Lei Estadual nº 6.123/1969, retirada dos seus proventos a partir de setembro de 2008.

Cuida-se, pois, de "quinqüênio", nos termos do art. 166 da Lei nº 6.123/1990, que dispunha:

"Art. 166 - A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada sobre o vencimento do cargo efetivo e para todos os efeitos a ele incorporada, correspondendo a cinco por cento por quinqüênio de efetivo exercício prestado à União, aos Estados, aos Municípios de Pernambuco e às respectivas autarquias.

(...)"

No âmbito do Estado de Pernambuco, a partir da Emenda Constitucional nº 16/99, editada com o objetivo de harmonizar a Constituição Estadual às alterações promovidas pelas Emendas à Constituição Federal de nºs 19 e 20, a Gratificação Adicional de Tempo de Serviço (quinqüênio) foi **suprimida** do ordenamento jurídico.

A propósito disso, eis o teor do art. 131, da Constituição Estadual, *in verbis*:

"Art. 131....."

§ 7º É vedado o pagamento ao servidor público e aos empregados das entidades da administração indireta que recebam transferência do tesouro:

I - de qualquer adicional relativo a tempo de serviço".

Nesse contexto, quando extinto o adicional por tempo de serviço, só mantiveram o direito à respectiva percepção aqueles servidores que já haviam satisfeito a condição (até então) prevista em lei de cinco anos de efetivo exercício (estando a apelante incluída neste grupo, conforme se observa dos documentos de fls. 20/30, 36/41, e 54/60).

123
e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Posteriormente, a Lei Complementar Estadual nº 112/2008, ao instituir o **Piso Profissional para os servidores do Grupo Ocupacional Magistério, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria de Educação do Estado**, determinou a incorporação ao vencimento base da *Gratificação Adicional por Tempo de Serviço*, *in verbis*:

“Art. 1º - Os valores de vencimento-base dos cargos integrantes dos grupos ocupacionais de que trata a Lei nº 11.559, de 10 de junho de 1998, e alterações, ficam reajustados conforme definido na presente Lei Complementar.

Parágrafo Único - Em decorrência do disposto no caput deste artigo, fica extinta, a partir de 01 de setembro de 2008, a gratificação adicional por tempo de serviço, instituída pelos artigos 160, inciso VIII, e 166, da Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, e alterações, bem como a parcela remuneratória eventualmente percebida naquela data, a título de Parcela Autônoma de Vantagem Pessoal - PAVP, exclusivamente instituída pela Lei nº 12.396, de 03 de julho de 2003, por incorporação dos seus respectivos valores nominais ao vencimento base dos cargos nele indicados.”

Restou estabelecido, ainda, no art. 5º da referida Lei Complementar, que as modificações introduzidas pelo novo diploma legal não poderiam resultar em decesso remuneratório, e bem assim que as eventuais diferenças detectadas a partir da nova sistemática deveriam constituir parcela complementar compensatória, expressa nominalmente, assegurando o reajuste remuneratório de 5% (cinco por cento), *in litteris*:

Art. 5º - Do disposto nos artigos antecedentes não poderá resultar decesso remuneratório salvo erro de cálculo ou reforma de decisão anterior, cuja eventual diferença detectada deverá constituir parcela complementar compensatória, expressa nominalmente, assegurando o reajuste remuneratório de 5% (cinco por cento).

Parágrafo Único - A parcela complementar compensatória, referida no caput deste artigo, será concedida em caráter precário, enquanto persistir a diferença que a originou, devendo ser suprimida, parcial ou integralmente, quando da implementação do piso salarial de que trata o art. 4º desta Lei Complementar, ou outras majorações remuneratórias, a qualquer título.

Compulsando os autos, observa-se, dos ‘demonstrativos de pagamento’ acostados às fls. 21/30, que a autora/apelante recebeu os 03 (três) quinquênios a que fazia jus (adquiridos entre 07.10.1981 e 07.10.96) até agosto de 2008 (fl. 27), restando tais valores incorporados aos vencimentos da mesma a partir de setembro de 2008 em diante (fls.27/28), preservando-se, assim a garantia constitucional da irredutibilidade do *quantum* remuneratório auferido pela servidora.

Com efeito, *in casu*, houve-se bem o magistrado *a quo* ao assinalar que (fl.82):



124
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

"Como se vê, a garantia constitucional protege a irredutibilidade de vencimentos na sua totalidade, mas não as parcelas que o compõem.

No caso posto para julgamento, ademais, a exclusão do adicional por tempo de serviço, não implicou em qualquer perda da remuneração global, mesmo por que, na verdade, tal gratificação apenas deixou de ser paga em separado, para incorporar o salário dos servidores, ex vi do art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 112/08.

Em face destas considerações, julgo o pedido manifestamente improcedente, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC, condeno a autora ao pagamento de custas e honorários, os quais fixo em R\$ 500,00."

Com efeito, consoante a mais abalizada doutrina e a jurisprudência da Suprema Corte, o art. 37, XV, da Constituição Federal tutela a **irredutibilidade nominal da remuneração global do servidor público**, compreendida nesta a soma de todas as parcelas, gratificações e/ou vantagens.

De outra parte, é consabido que os critérios legais com base em que o referido *quantum* foi estabelecido podem sofrer modificações, pelo que é firme o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os servidores públicos não têm direito adquirido à inalterabilidade do regime jurídico de composição de vencimentos, sejam os mesmos ativos ou inativos.

Nesse sentido, trago à colação os seguintes arestos do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR INATIVO. GRATIFICAÇÃO. REDUÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que inexistente direito adquirido a regime jurídico. O STF tem admitido redução ou mesmo supressão de gratificações ou outras parcelas remuneratórias desde que preservado o montante nominal da soma dessas parcelas, ou seja, da remuneração global. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento." (RE-AgR 445810/PE, DJ 06-11-2006, PP-00046). Grifei.

"EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES - INATIVOS E PENSIONISTAS - ADICIONAL DE INATIVIDADE - SUPRESSÃO - INALTERABILIDADE DO REGIME JURÍDICO - DIREITO ADQUIRIDO - INEXISTÊNCIA - REMUNERAÇÃO - PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL - AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS - RECURSO IMPROVIDO. - Não há direito adquirido do servidor público à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global do estipêndio até então percebido e não provoque, em consequência,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

decesso de caráter pecuniário. A preservação do quantum global, em tal contexto, descaracteriza a alegação de ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos. Precedentes. (RE-ED 468076 / RS - RIO GRANDE DO SUL, DJ 31-03-2006 PP-00038). Grifei.

E, abordando *especificamente* questão relativa à *incorporação de quinquênios* levada a efeito no âmbito de alteração da fórmula de cálculo de servidor público, acrescento o aresto seguinte:

“EMENTA. Agravo regimental em ação rescisória. Inexistência de direito adquirido a regime jurídico. Adicional de tempo de serviço. Alteração de parcela remuneratória. Manutenção da irredutibilidade de vencimentos. Pode a fórmula de composição da remuneração do servidor público ser alterada, desde que preservado o seu montante total. Não há violação da coisa julgada, a qual apenas se verifica quando se trata das mesmas partes, causa de pedir e pedido, não se aplicando a casos análogos de outros servidores públicos. Manutenção da decisão. Agravo a que nega provimento.
(AR 1785 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 17/10/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 14-11-2013 PUBLIC 18-11-2013)

Ante o exposto, **nego provimento à apelação cível**, mantendo íntegra a sentença de primeiro grau.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator